

HABEAS CORPUS Nº 548.760 - MG (2019/0357656-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : EUSTACIO RIBEIRO NETO
ADVOGADO : EUSTÁCIO RIBEIRO NETO - MG067927
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : F H G S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **FHGS** apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado nas sanções do art. 217-A do Código Penal, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, sendo-lhe **concedido o benefício de apelar em liberdade**.

Em grau recursal, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo ministerial "para aplicar a causa de aumento do art. 226, II, do CP, quanto ao crime de estupro de vulnerável, condenar o paciente como incurso nas sanções do art. 147 do CP como incurso nas sanções do art.147 do CPB, pelo que, restando como concretas e definitivas, para cada um dos crimes as penas de 14 anos de reclusão em regime inicial fechado e 01 (um) mês de detenção em regime aberto, devendo as penas ser cumpridas nos termos do art.69, 2ª parte, do CPB e ainda condeno o réu F.H.G.S. ao pagamento de R\$30.000,00 (trinta mil reais), a título de reparação de danos causados à vítima S.V.F.A., com fulcro no art. 387, IV, do CPP".

Foi determinado ainda o início do cumprimento da pena provisória conforme julgamento do STF no ARE 964.246/SP.

Neste *writ*, o impetrante sustenta manifesto constrangimento ilegal, sob o argumento de que o paciente foi recolhido ao cárcere sem o trânsito em julgado da condenação.

Pleiteia a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

A impetração merece acolhimento.

Em 8/11/2019, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, ao concluir o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54, decidiu, por maioria de votos, ser constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Dessa forma, a segregação do réu antes do trânsito em julgado da condenação exige a comprovação dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva (art. 312 do CPP), em decisão individualizada e motivada. Logo, é manifestamente ilegal a decisão do Tribunal de origem que determinou o recolhimento provisório do paciente pelo simples esgotamento das instâncias ordinárias.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para que o paciente aguarde em liberdade

Superior Tribunal de Justiça

o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator